

Palestra proferida pela Secretária Nacional de Assistência Social, Professora Maria do Carmo Brant, durante a realização do XIX Encontro Nacional dos Secretários Municipais de Assistência Social, realizado em Porto Seguro – BA, de 19 a 21 de junho de 2017

Caros Gestores, trabalhadores e usuários da política de Assistência Social,

Somos partícipes de uma das maiores crises vividas pelo Brasil. Uma crise não apenas econômica, mas, sobretudo política. Uma desesperança enorme, assim como uma enorme polarização. E nesta polarização, não raro, o compromisso com a verdade parece ficar em segundo plano em todos os lados.

É preciso deixar muito claro que assumi conscientemente a Secretaria Nacional de Assistência Social em um governo que, gostemos ou não, seria responsável por conduzir um período de transição até 2018. Consciente também de que ocupava este lugar após 13 anos de um governo que conquistou enormes avanços para a política de Assistência Social, que processou seu reordenamento na forma de política pública e induziu a implantação de uma rede robusta de serviços socioassistenciais. Enfim, que foi importantíssimo para a implantação do SUAS.

Neste momento, me mantenho na gestão desta Secretaria, da mesma forma, consciente de meu compromisso com a preservação da política pública de assistência social, com sua qualificação e expansão, e com a continua busca pela sua legitimação.

Somos, todos nós que aqui estamos neste XIX Nacional do CONGEMAS, uma elite dirigente desta política. Será que temos consciência desta nossa condição, do nosso poder e, sobretudo, da nossa responsabilidade ética e política para com os usuários da Assistência Social?! Apesar do reconhecimento aos que me antecederam nesta Secretaria, tenho absoluta clareza de que o SUAS não foi feito apenas pelo governo federal, assim como não foi feito por um único partido ou por uma única profissão.

Neste momento em que a turbulência política e econômica nos traz preocupações verdadeiras, o debate sobre o suposto desmonte, ou não, do SUAS precisa ser realizado com franqueza e transparência. Precisamos nos realinhar na defesa e no fortalecimento desta política, dentro das condições objetivas da conjuntura presente. Precisamos produzir consensos sobre nossa participação e ação no que tange ao nosso projeto de futuro. Precisamos reestabelecer a confiança de que, nós que aqui estamos, temos a defesa da política de assistência como um ponto de união.

Hoje, muitos pesquisadores, acadêmicos, militantes e profissionais desta política comportam-se como denunciadores, sempre desconfiados. Não há análises e reflexões de prós e contras que ganhem visibilidade pública. É uma pena! Afinal temos vários gestores, acadêmicos, trabalhadores e usuários que teriam plenas condições de realizar um bom debate e de contribuir efetivamente para a política de assistência. Novamente digo que é uma pena! Pois eu lhes asseguro, na Secretaria Nacional, trabalhamos todos os dias para que as coisas deem certo, para que o SUAS não apenas não tenha retrocessos, mas que consiga avançar, mesmo em circunstâncias adversas.

Quando o atual presidente assumiu, era de se esperar um desmonte da política de assistência, dada a enorme distância ideológica em relação ao governo anterior. No entanto, ao contrário do que alguns tentam fazer crer, na Assistência Social isso não ocorreu; concretamente, não existe o tal desmonte.

E por quê? Talvez porque tenhamos alcançado, finalmente, alguma aceitação por parte das elites de que é necessário assegurar certo patamar de proteção aos mais vulneráveis. Não necessariamente pelo reconhecimento de que estamos em dívida no combate a pobreza, mas porque este patamar de proteção pode ser crucial para garantir certa estabilidade política e social, principalmente em um momento conturbado como o que vivemos. Talvez, haja também outros motivos, que possamos vir a descobrir se nos dedicarmos a realizar o bom debate. Mas é fato que, apesar do contexto adverso, foi possível neste período darmos continuidade às ações do SUAS e nos mantermos na direção apontada pelo II Plano Decenal.

É claro que, com isso, não quero dizer que tudo são flores. Obviamente há dificuldades, e todos vocês que estão na gestão conhecem perfeitamente as dores e as delícias de ser gestor da Assistência Social. Mesmo sendo possível dar continuidade e avançar no SUAS, as coisas não estão dadas; é preciso muito trabalho e muita negociação todos os dias. Nem tudo que queremos podemos, e nem tudo que fazemos queremos. Mas não podemos desistir e nem trair nossos princípios.

Quero agora, rapidamente, passar por alguns pontos que considero importantes para que fique claro a todos vocês que não há, e enquanto atual equipe da SNAS lá permanecer, não haverá desmonte ou retrocesso no SUAS. Até porque, se isto vier a acontecer – o que não acredito – podem ter certeza de que não será pelas nossas mãos. É claro que podemos ter tido pontos polêmicos. Pontos sobre os quais é legítimo que hajam posições concordantes e posições divergentes. Mas é necessário manter sempre o respeito e a honestidade no debate e, sobretudo, ter o objetivo comum de construir, avançar e aprimorar o SUAS.

Em relação aos recursos federais para cofinanciamento dos serviços, cujos atrasos e problemas orçamentários tiveram início no ano de 2014, temos mantido todos os compromissos assumidos com estados e municípios. Ao assumir a Secretaria em 2016 a situação era crítica, com uma enorme dívida do MDS junto aos municípios e relatos de CRAS fechando por falta do cofinanciamento federal. Sabemos que a situação ainda não está completamente regularizada, mas o fluxo de recursos tem sido garantido e a dívida diminuiu consideravelmente. No final de 2016 realizamos o pagamento de todas as dívidas relativas aos dois anos anteriores e conseguimos recursos adicionais da ordem de 1 bilhão de reais para que fosse feita a suplementação orçamentária necessária àquele ano e o pagamento de parte das dívidas.

Apesar da crise, tenham certeza que em 2017 garantiremos novamente a recomposição orçamentária necessária, e é esta certeza que nos permite, inclusive, anunciar o aumento de 45% nos recursos para o PAIF será concedido para todos os municípios e também para o cofinanciamento das Equipes Volantes, passando a vigorar a partir da competência de julho. Isto significa, em termos nominais, um valor anualizado de cerca de 340 milhões de reais. Um reajuste desta magnitude para o principal Serviço da assistência social não é compatível com acusações de desmonte do SUAS. E, devo dizer-lhes, continuamos trabalhando e negociando para tentar recompor o valor de outros serviços, se possível, ainda este ano.

Importante também é frisar que os recursos aplicados na assistência social pelo Programa Criança Feliz neste ano, significaram o aporte de mais 275 milhões de reais nos Fundos Municipais de Assistência Social. São recursos extras, adicionais ao orçamento dos serviços. Estes recursos não foram retirados do orçamento da própria assistência. Ao contrário, são recursos adicionais e que, se bem utilizados pela gestão municipal, potencializarão em muito a ação dos nossos CRAS nos territórios vulneráveis. Os gestores municipais que souberem aproveitar essa oportunidade e implantarem o programa de forma articulada com o PAIF, como defendemos que deve ser, certamente estarão fortalecendo o SUAS nos seus municípios.

Ainda no que se refere ao financiamento, não podemos deixar de citar a concessão, em 2016, de reajuste médio de 12,5% nos benefícios do Programa Bolsa Família. Esse reajuste cobriu as perdas inflacionárias

passadas, mantendo o poder de compra do benefício. Quanto ao número de famílias beneficiadas também não houve redução, este continua oscilando em torno dos 13,5 milhões de famílias. Ou seja, novamente os fatos desmentem a tese de que esteja ocorrendo um desmonte do SUAS.

No caso do BPC tivemos uma ameaça concreta com a forma como foi inicialmente incluído no texto da reforma da Previdência. Mas a proposta atual, ainda não aprovada já que a reforma continua tramitando, afastou a possibilidade de desvinculação entre o valor do benefício e o valor do salário mínimo. Essa ameaça foi afastada graças a forte militância política de todos junto ao Congresso para pressionar e impedir retrocessos. Neste tema, o MDS e a Secretaria, estiveram lado a lado com o Conselho de Assistência e com outras entidades e movimentos, atuando dentro do governo e no Congresso para defender o BPC.

Estamos conseguindo realizar uma expansão, ainda que pequena, da nossa rede de Centros Dia. Iniciamos com uma estratégia emergencial para atender aos municípios com alta prevalência do zika vírus, levando ao aumento de bebês nascidos com microcefalia e/ou outras deficiências associadas. Estes Centros possibilitarão dar suporte às famílias, e sobretudo às mães e as crianças; mães estas, muitas vezes jovens e solteiras, que não podem contar com outros apoios familiares. Nesta ação conseguimos estabelecer forte articulação com os serviços de reabilitação da saúde e da educação.

Para concluir essa análise do presente, quero falar sobre os processos e mecanismos de participação e de pactuação no SUAS. Estes são processos eminentemente políticos, e em um momento como o que vivemos, de grande instabilidade e de polarização, é natural que as tensões e desconfianças tenham ganhado espaço entre nós. Infelizmente vivemos uma conjuntura nacional na qual as rupturas e polarizações se sobrepõem à construção das pontes e das alianças. Tenho plena consciência de que estamos em um momento particularmente difícil, mas precisamos mais do que nunca manter a sabedoria e o equilíbrio que possibilitou nossa união em torno do ideal de construção do SUAS.

A Secretaria Nacional tem buscado fortalecer a participação social, pois acredita que esta é o alicerce da democracia. Igualmente, temos zelado pela manutenção e fortalecimento dos espaços de pactuação entre gestores. Talvez, pela delicadeza da circunstância em que tivemos que assumir a Secretaria, tenhamos, de início, ficado excessivamente na defensiva, e com isso podemos não ter favorecido a construção do diálogo e das alianças. Acho que o importante agora é superarmos algumas divergências e estabelecermos um diálogo franco e construtivo, no qual a defesa dos interesses da população vulnerável seja o objetivo maior. Nesse sentido, temos buscado fortalecer os canais de diálogo e participação com os gestores, os trabalhadores e, sobretudo, com os usuários da nossa política.

Tenho muito orgulho do fato da Secretaria ter possibilitado este ano a realização do primeiro Encontro Nacional de Usuários da Política de Assistência Social. Temos o compromisso de continuar apoiando a organização e participação dos usuários; promover o empoderamento destes para que sejam efetivamente os principais defensores do SUAS. Nessa mesma linha, também realizamos o primeiro Encontro Indígena para discutir as atenções da política de assistência social a estas populações.

Em relação aos trabalhadores, é importante que se saiba que a Mesa Nacional de Gestão do Trabalho, cuja criação ocorreu em 2013, havia até 2016 realizado somente duas reuniões. Em 2017 reinstalamos a Mesa, e já foram convocadas duas reuniões somente neste ano, devendo ocorrerem ainda uma terceira reunião no mês de outubro.

O Conselho Nacional de Assistência Social continua a ter todo o apoio necessário para o seu funcionamento. Não houve, nesse período, nenhum prejuízo ou descontinuidade das suas atividades. Também o processo de realização das Conferências segue seu fluxo normal, com a Conferência Nacional convocada e custeada pelo governo federal.

Nossa relação com as Organizações da Sociedade Civil atuantes na política de assistência social vem sendo reforçada. Reconhecemos seu papel na prestação de serviços socioassistenciais. A Certificação, nessa linha de raciocínio, deixa de mirar apenas o cumprimento de requisitos legais para isenção tributária para ser um instrumento de melhor compreensão do papel das entidades privadas no fortalecimento do SUAS. Além disso, o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS continua seguindo com rigor e transparência os procedimentos da Certificação de Entidades (CEBAS), apresentando periodicamente relatórios ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e articulando-se com os ministérios da saúde e da educação para uma sinergia nas análises dos processos de Certificação.

Nós não temos dúvida de que os gestores municipais da Assistência Social são sujeitos estratégicos e principais responsáveis na implementação do SUAS, e por isso mesmo a Secretaria estará sempre aberta ao diálogo e colaboração com os municípios. Há, obviamente, limites para o que podemos fazer. Nem sempre poderemos atender de imediato todas as demandas e necessidades postas pelos gestores municipais; mas é preciso que todos os entes federados assumam sua responsabilidade no sistema. Temos estados com enormes limites no que se refere ao cofinanciamento e apoio técnico prestado aos municípios, sem falar em suas estruturas e ações muitas vezes inadequadas ao SUAS. Vemos ainda muitos municípios com práticas assistencialistas e clientelistas. Todos os entes precisam cumprir suas responsabilidades. Não basta que apenas alguns façam a sua parte. Se não houver um compromisso real – não apenas de discurso – de todos os estados e de todos os municípios, não será possível alcançar os objetivos e metas almejados pelo II Plano Decenal.

Feito esse pequeno balanço, é hora de olhar para frente. Sei que quando olhamos para frente nos deparamos com a questão do novo Regime Fiscal que impõe um rigoroso limite de gastos para o orçamento federal. Porém mesmo com os limites hoje postos, é necessário formularmos projetos de futuro para o SUAS. E se produzirmos consenso e união em torno desses projetos, já começamos então a criar condições para realizá-los.

O horizonte do II Plano Decenal vai até 2025, mas aqui irei me deter no futuro próximo. Quero apontar de maneira objetiva as metas que orientam a SNAS para o período 2017/2018. Entendo, é claro, que está é uma parte da caminhada neste período mais logo estabelecido pelo Plano e, portanto, nele nos orientamos. Na leitura do Plano e do diagnóstico que lhe acompanha ficam evidentes as necessidades de avançar de forma contínua em, pelo menos, quatro pontos:

- a) Ampliar a cobertura dos serviços de proteção social básica e especial
- b) Qualificar o serviços, programas e projetos para alcançar efetividade na atenção prestada à população, respeitando as diversidades territoriais e socioculturais
- c) Fortalecer a participação e a capacidade de comunicação
- d) Aperfeiçoar os mecanismos e práticas de gestão

Começarei falando de pontos que dizem respeito ao aperfeiçoamento dos mecanismos e práticas de gestão. Iniciarei por uma questão ligada à gestão, mais especificamente à área de Regulação, mas que tem consequências importantes para as ações de proteção social. Trata-se da regulamentação das situações de

“Emergência Social”. Recentemente pudemos aprofundar este debate, durante o X Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial. Num país continental como o nosso as emergências sociais são diversas, mas precisamos definir de maneira conceitual e normativa o que caracteriza situações de emergência social no campo da política de Assistência Social. Além disso, precisamos compreender como atuar sobre as consequências não imediatas destes eventos, ou seja, as situações “pós emergência” que perduram na forma de alterações da qualidade de vida dos que foram afetados por elas. Há efeitos severos no que se refere a perda de vínculos sócio relacionais, perda de condições de trabalho, e outros que ainda precisamos identificar e compreender. Ao longo deste segundo semestre pretendemos discutir e normatizar as definições e ações de “emergência social” no âmbito da Assistência.

Outras ações de aprimoramento da gestão já estão em curso, e foram apresentadas em reunião da Comissão Intergestores Tripartite – CIT – neste mês de junho. Trata-se do aprimoramento do Programa CapacitaSUAS e da revisão do IGD-SUAS.

As medidas relativas ao CapacitaSUAS ainda estão sendo estudadas e serão devidamente apresentadas para discussão de deliberação do Conselho Nacional de Assistência Social. O objetivo que se busca é dar mais agilidade à execução do Programa para assim alcançar maior número de trabalhadores, além de fortalecer o protagonismo dos estados e diversificar os conteúdos das capacitações. Hoje, a avaliação do programa demonstra que cada ciclo de capacitação pactuado tem levado em média três anos para ser executado e existem apenas oito cursos homologados, cujos conteúdos ainda não atendem a muitas das necessidades dos trabalhadores do sistema.

No que se refere ao IGD-SUAS a revisão tem dois objetivos. O primeiro deles é melhorar metodologicamente o indicador para que ele capture a qualidade e desempenho das gestões municipais e estaduais. O segundo objetivo é recuperar a concepção de “Incentivo” que justifica o repasse do recurso financeiro decorrente do indicador. Hoje 99% dos municípios recebem algum valor de IGD-SUAS, mas em muitos deles o valor é insignificante, inferior a 800 reais por mês. Desta maneira, o IGD não provoca nenhum estímulo para induzir melhorias na gestão. Com a mudança que faremos os valores repassados serão mais altos e, portanto, mais atrativos. Por outro lado, o incentivo será voltado para aqueles municípios que realmente apresentarem algum mérito e algum esforço para realizar uma boa gestão e prestar bons serviços à população. O fundamento conceitual do repasse de recursos do IGD, diferentemente do fundamento para o repasse dos serviços, é o reconhecimento do mérito. Não faz sentido recompensar quem realiza uma má gestão. É importante que se diga que, com a mudança, o pagamento do IGD-SUAS aos estados também passará a considerar o cumprimento, ou não, das responsabilidades que são próprias aos estados.

Para finalizar o relato do que estamos planejando no campo da gestão, cito brevemente outros dois pontos. Estamos retomando a discussão sobre a possibilidade de uso dos recursos federais para investimento e estamos realizando estudos para implantação de um cofinanciamento para impulsionar a implantação e funcionamento da Vigilância Socioassistencial nos estados e municípios.

Em relação à dimensão da Participação, afirmo-lhes que continuaremos trabalhando para fomentar e fortalecer a participação dos usuários e o diálogo com os trabalhadores e gestores do SUAS. Estamos garantindo todas as condições materiais e políticas para que o CNAS, juntamente com a Secretaria, realize com sucesso a Conferência Nacional de Assistência Social no fim deste ano.

Pretendemos continuar apoiando a organização dos usuários, com outro Encontro Nacional em 2018 e em outras atividades que possamos apoiar. Estaremos sempre abertos e disponíveis ao diálogo respeitoso.

Acredito firmemente que a organização legítima dos cidadãos que utilizam nossos serviços, programas e benefícios é a melhor e mais segura estratégia de defesa desta política.

No campo da gestão do trabalho, além de nos comprometermos com a manutenção do regular funcionamento da Mesa Nacional, anunciamos que até o mês de setembro instalaremos o Núcleo Nacional de Educação Permanente do SUAS.

Queremos manter nosso diálogo e colaboração com os gestores municipais e estaduais, não apenas apoiando a realização dos seus encontros nacionais, como já fizemos este ano com o CONGEMAS e o FONSEAS, mas sobretudo estabelecendo canais permanentes para a escuta, para o debate e para a construção de relações de confiança. Nos esforçaremos para estarmos mais presentes junto aos gestores municipais por meio dos Colegiados Estaduais de Gestores Municipais do SUAS, os COEGEMAS, realizando com estes encontros, no mínimo, trimestrais.

Agora entrarei nas questões referentes à cobertura e qualidade dos nossos serviços. Acredito que estas sejam questões essenciais para tornar claros o posicionamento e os compromissos da Secretaria Nacional com o Sistema Único de Assistência Social.

Não é possível considerar a ampliação da cobertura dos nossos serviços sem refletir sobre os recursos necessários para essa expansão do sistema. Mas também não é possível pensar em ampliação de cobertura sem que seja enfrentado o problema relativo aos baixos valores vigentes do cofinanciamento federal para alguns serviços. Não adianta simplesmente abrir novos aceites para implantação de serviços se os valores de repasse não forem minimamente adequados. Por esta razão optamos por primeiro recompor o valor de repasse para o PAIF, antes de realizar qualquer expansão dos CRAS. Nessa direção, estamos trabalhando para que o próximo passo seja avançar na extensão do cofinanciamento federal para aqueles CRAS que já estão implantados com recursos locais, mas que ainda não recebem recursos federais. Cumpridas essas duas etapas – do reajuste e da extensão de cofinanciamento aos CRAS já implantados – buscaremos induzir um novo processo de crescimento da rede, com o cofinanciamento para implantação de novos CRAS. Com base nos estudos que realizamos, estamos propondo como meta chegar em 9.500 CRAS cofinanciados até o final de 2018, o que representa uma ampliação de 1.700 CRAS na rede cofinanciada, beneficiando cerca de mil municípios.

Ainda na Proteção Social Básica, temos o desafio de levar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para 500 municípios nos quais o serviço ainda não é cofinanciado. Hoje já alcançamos 90% dos municípios, portanto acreditamos que é viável nos próximos dois anos chegarmos aos 10% restantes. O serviço de convivência tem uma complementariedade fundamental para o trabalho desenvolvido no PAIF e, portanto, precisa ser universalizado o quanto antes.

Na Proteção Social Especial há uma enormidade de desafios a serem enfrentados, por isso precisamos estabelecer foco e priorizar alguns deles.

Entendemos que é da máxima importância instituir um cinturão de proteção social especial nas zonas de fronteira, com a expansão de CREAS, Serviço de Abordagem Social e Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias nesta região, considerando as questões de fluxos migratórios e a incidência das situações de violações de direitos observadas nestes territórios. De outro lado, é visível também a necessidade de ampliar a cobertura dos CREAS nas metrópoles e nas capitais.

Sabemos que precisamos aprofundar as estratégias de cobertura de CREAS/PAEFI em municípios abaixo de 20 mil habitantes, mas quanto a isso é imprescindível uma maior participação dos estados. Como já mencionei, é necessário que todos os entes assumam de fato as suas responsabilidades no SUAS. Reconheço que alguns poucos estados já veem assumindo de forma mais incisiva a sua responsabilidade de cofinanciamento e de oferta de serviços regionalizados, mas infelizmente essa não é a realidade da maioria.

No caso do Serviço de Medidas Socioeducativas, atualmente apenas 1.009 municípios são cofinanciados pelo MDS. Desejamos fortalecer as medidas socioeducativas em meio aberto para os demais municípios que possuem CREAS, estendendo a estes o cofinanciamento do serviço. No entanto, precisamos avançar em alternativas de execução das medidas socioeducativas em municípios que não possuem CREAS, entendendo que atualmente no Brasil mais de 5400 municípios têm demanda para o atendimento. O fortalecimento da relação do SUAS com o SINASE é fundamental, inclusive, para promovermos a mudança de paradigma de execução de medidas de internação em detrimento do meio aberto, compromisso do governo brasileiro para com os jovens que cometem ato infracional.

A atual realidade impõe a necessidade de expansão dos serviços voltados ao atendimento da população em situação de rua, principalmente nas regiões metropolitanas ou grandes centros. O número de pessoas vivendo nas ruas tem aumentado de forma significativa. Estima-se que hoje sejam mais de 80 mil brasileiros nesta situação, sendo que só na cidade de São Paulo tem-se um contingente de 17 mil. É obrigação da nossa política amparar e garantir vida digna a essas pessoas. Pra isso precisamos não apenas ampliar o número de vagas de acolhimento cofinanciadas para nossos abrigos, mas como Centro POP, Abordagem Social e Acolhimentos. No caso de crianças e adolescentes em situação de rua, recentemente definimos em conjunto com o CNAS e Conanda diretrizes políticas e metodológicas para seu atendimento na Assistência Social.

Em relação às pessoas idosas, entendemos a necessidade urgente de qualificar a rede de acolhimento, que hoje abriga mais de 51 mil pessoas na Assistência Social. Esta rede, cujo custo de manutenção é sabidamente elevado, tem um cofinanciamento federal insignificante. Além do número de vagas cofinanciadas ser muito inferior ao existente, pagamos míseros R\$ 90,00 por vaga. Em mais de dez anos de existência do SUAS este problema nunca foi enfrentado. O diagnóstico produzido para o II Plano Decenal deixa claro que não podemos permanecer inertes por mais dez anos em relação a este tema. Por isso, daremos início ao processo de reordenamento desta rede, que em 90% é formada por entidades e organizações da sociedade civil. Este reordenamento passa pela alteração do valor de cofinanciamento, cuja proposta em estudo é elevar esse patamar a, no mínimo, R\$ 500,00 por vaga. Mas implica também aprimorar normativas e estratégias de monitoramento e, sobretudo, instituir modelos de atenção mais adequados para a proteção e promoção do bem-estar dos idosos acolhidos. Nesse contexto, entendemos ser fundamental que seja regulamentada também a participação Política de Saúde, tanto no financiamento como nos cuidados prestados nestes serviços, de forma a contemplar os desafios do envelhecimento ativo e saudável. Somente por meio de uma Política Nacional de Cuidados, concebida e implementada de forma intersetorial, será possível responder aos desafios postos pelo processo de envelhecimento da população brasileira, que impõe não só ao Estado, como à família e à sociedade responsabilidades de proteção social às pessoas idosas.

Em relação ao acolhimento de crianças e adolescentes, avançaremos no processo de reordenamento iniciado em 2013. Queremos ampliar as estratégias residenciais de acolhimento de crianças e adolescentes afastadas do convívio familiar por medida de proteção, em detrimento dos acolhimentos institucionais e inaugurar um Compromisso Nacional pela desinstitucionalização de crianças de 0 a 6 anos de idade. Para isso, a primeira estratégia é o fortalecimento do Serviço de Família Acolhedora, que agora já pode se valer dos recursos federais para realizar o pagamento do subsídio às famílias acolhedoras. A segunda estratégia, na qual ainda

estamos trabalhando, é a implantação da Guarda Subsidiada, que começa a ganhar corpo para se tornar um programa que possibilite o acolhimento da criança ou do adolescente na família extensa, com a supervisão da assistência social em articulação com o Sistema de Garantia de Direitos.

E já que mencionei a proposta de possível criação de um Programa de Guarda Subsidiada, aproveito para aqui fazer uma breve reflexão sobre a forma como temos até hoje lidado com os Programas no SUAS. Penso ser necessário que os programas sejam tratados de forma distinta dos serviços; e explico. A oferta dos serviços socioassistenciais é uma obrigação e, portanto, para sua implantação e seu financiamento continuado, devem ser independentes das preferências manifestadas pelas gestões. Já no que se refere aos Programas, a participação de estados e municípios é opcional. Assim, para que os programas alcancem efetivamente os resultados almejados, deve haver por parte da gestão local uma percepção de prioridade para o tema do programa, e uma escolha consciente que reflita um real compromisso. O mero aceite do cofinanciamento para implantação de programas tem se mostrado insuficiente. Nossas avaliações sobre o desempenho dos programas têm sugerido que estes têm pouca efetividade e avanços no alcance de resultados desejados. Há municípios e estados (não todos!) cujos recursos repassados quase não foram utilizados. Nossa proposta é que, para a implantação ou expansão de programas, seja exigido mais que o mero termo de aceite. Este aceite deve ser fundamentado em algum documento, elaborado pelo município ou pelo estado que faz a adesão, justificando o interesse e confirmando a demanda efetiva, e apresentando um planejamento de sua implantação. De outro lado, a gestão federal também precisará aprimorar seus mecanismos de monitoramento e acompanhamento da execução dos Programas.

Sabemos que não há possibilidade de expandir e qualificar nossa rede sem investimentos na política nacional de assistência social. E este é o compromisso maior do MDS e SNAS. Apesar das dificuldades do momento, esta expansão de recursos faz parte de nosso projeto de futuro de curto prazo, para o qual é preciso contar com a adesão e engajamento de todos os gestores. O orçamento dos serviços socioassistenciais é uma pequena fração dentro do orçamento federal. Portanto, mesmo no cenário de ajuste fiscal, há espaço para conseguirmos ampliar este orçamento. Para isso, o Ministro e nós da SNAS temos trabalhado todos os dias. Uma ampliação de 1 bilhão no orçamento dos serviços seria magnífica, e nos possibilitaria avançar a passos firmes em direção aos objetivos e metas do II Plano Decenal. Esses recursos podem vir, não apenas, na Lei Orçamentária aprovada a cada ano, como podem vir por meio de suplementações que ocorrem no decorrer de cada exercício orçamentário; por isso a luta por orçamento é diária, nunca podemos dar descanso. Não posso deixar de ter esperança, pois sem ela não haveria sentido em continuar. Mas precisamos somar nossas vozes num discurso construtivo, que nos fortaleça para realizar este projeto de futuro, futuro de curto prazo, mas que possibilite ao SUAS continuar avançando neste período de travessia até o fim 2018.

Obrigado.

Porto Seguro, Bahia, 20 de junho de 2017.

Maria do Carmo Brant
Secretária Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS